

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA DÉCADA DE 30: AS TESES DO II CONGRESSO INTERNACIONAL FEMINISTA

Naílida Marinho da Costa Bonato – UNIRIO

Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho – UNIRIO

Eixo temático: Políticas educacionais e movimentos sociais

A década de 30 tem-se mostrado como uma das mais férteis na História da Educação Brasileira, principalmente pelo *caldo ideológico* que nos apresenta, formado por correntes e movimentos cujos pensamentos e práticas se chocam e se atraem, constituindo barreiras aparentemente intransponíveis. Fruto da década anterior, os anos 30 creditam à educação um papel ímpar, visando a constituição da sociedade brasileira em novas bases, ou buscando a manutenção da ordem vigente. Nesse contexto, destacam-se grupos interessados em uma dessas opções político-ideológicas e, entre eles, encontramos a Liga para Emancipação da Mulher, objetivando a conquista, por parte das mulheres, de maiores garantias e direitos sociais e políticos.

De acordo com documentos de arquivo já consultados e analisados¹ e ainda com o *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*, a criação da Liga, em 1919, por um grupo de mulheres de classe média e alta escolaridade, tem à frente Bertha Lutz² (SCHMAHER, BRAZIL, 2000, pp.106-112), considerada pioneira nas lutas feministas no país. Porém, dessa iniciativa, também participaram outras mulheres como, por exemplo, a professora e escritora Maria Lacerda de Moura que, por divergências de idéias, acabou se afastando do grupo. Conforme o *Dicionário*, mudando-se para São Paulo, a ativista feminista:

ficou indignada ao se deparar com as condições de vida do proletariado paulista. Abandonou, então, o discurso ameno e reformista do grupo ligado a FBPF e optou por maneiras mais contundentes de atuar politicamente, envolvendo-se intensamente com o movimento operário anarquista.

¹ Fichas de inscrição no Congresso, programação, relação de participantes, teses e trabalhos apresentados, correspondência, recortes de jornal, entre outros.

² Nascida em São Paulo–SP, a 2 de agosto de 1894, filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do médico-cientista Adolfo Lutz. Sua trajetória se confunde com a própria trajetória da Federação. Bióloga graduada pela Universidade da Sorbonne, após estudos na Europa, de volta ao Brasil, em 1918, passa a lutar intensamente pela emancipação feminina, no sentido de que fossem devidamente reconhecidos os direitos femininos. Estes dados foram retirados do *Dicionário* e também do curriculum vitae que se encontra no arquivo da FBPF.

Assumiu a presidência da Federação Internacional Feminina, entidade criada por mulheres de São Paulo e Santos. (p.399)

Posteriormente esse movimento denominou-se *Liga pelo Progresso Feminino*, *Federação das Ligas pelo Progresso Feminino* e, após a participação de Bertha Lutz na Conferência Pan-Americana de Mulheres, realizada em Baltimore, Estados Unidos, recebeu a denominação de *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Com sede no Rio de Janeiro, à época de sua fundação capital do país, a Federação contava com um material de divulgação de suas idéias, principalmente na capital, lócus privilegiado de manifestações sócio-políticas e culturais.

Em 1931, a Federação organizou, no Rio de Janeiro, o II Congresso Internacional Feminista. Nele, o debate sobre Educação inseria-se em discussão mais ampla, que abarcava toda a década de 30, impregnada por ideologias conflitantes que viam, no setor educacional, um caminho para divulgação e propagação de suas teses.

A participação dessas mulheres no II Congresso Internacional Feminista foi bastante ativa. Estruturado em Comissões, nele foram discutidas várias *teses* que, por limitações de espaço e de recorte temático, não iremos desenvolver, mas apenas sinalizar, como por exemplo a de *proteção às mães e a infância; a do mercado de trabalho feminino* e também, a *educação e instrução para as mulheres*. Neste último item, especificamente, as teses discutiam a necessidade de ser oferecida às mulheres uma “educação integral” através, entre outras possibilidades, da criação de um “Instituto Feminino para a Educação Integral da Mulher”. É este recorte que o presente ensaio objetiva: discutir essa *formação completa da mulher*, proveniente das teses relativas à educação, e apresentadas durante o referido Congresso.

II Congresso: fatos e contexto sócio-histórico

Presidido por Bertha Lutz, também presidente da Federação, o II Congresso Internacional Feminista só vai acontecer nove anos após a Primeira Conferência pelo Progresso Feminino³, mais precisamente de 19 a 30 de junho de 1931, e novamente no Rio de Janeiro. Em uma reportagem do *Diário Carioca*, ambos os eventos mereceram uma grande cobertura da imprensa escrita. No caso específico do II Congresso, encontra-se o registro fotográfico da mesa de conferencistas, no Colégio Pedro II, no momento de uso da

³ Em 1922 organiza conjuntamente com outras mulheres a “Conferência pelo Progresso Feminino”, uma comemoração ao centenário da Independência. Evento realizado na Ordem dos Advogados do Brasil, em dezembro de 1922, onde consolida-se a criação da Federação.

palavra por parte da aluna Yvone Monteiro da Silva⁴ e da congressista Maria Rita Soares de Andrade⁵, delegada de Sergipe. Conforme consta no Programa, a Sessão Solene Inaugural ocorreu na Sede do Automóvel Club do Brasil, em 20 de junho de 1931, mas participaram do evento outras entidades como, por exemplo, a Associação Brasileira de Educação; a Federação Nacional das Sociedades da Educação; a União Universitária Feminina do Distrito Federal, da Bahia, do Sergipe; a Federação Goiana pelo Progresso Feminino; a Associação Nacional de Enfermeiras Brasileiras, bem como professoras primárias e Nair de Teffé – Presidente da Academia Petropolitana de Letras,. Estiveram presentes, ainda, representantes da Liga de Defesa Nacional; da Diretoria de Instrução do Distrito Federal; da Escola Normal do Distrito Federal; da Associação Brasileira de Educação; da Casa do Estudante, bem como delegadas estrangeiras.

Conforme adiantamos em item anterior, a estrutura do Congresso abarcou várias Comissões. Especificamente em relação à Comissão de Educação e Instrução, foram destacadas as seguintes temáticas e linhas de reflexão:

- I – Educação secundária profissional e pedagogia: O gymnasio como typo da Escola Secundaria Feminina para fins de cultura e preparo profissional. Especialização das Escolas Normaes.
- II – Educação superior. Regimen universitário. “Campus”. A “Casa da Estudante na Cidade Universitária.
- III – Educação physica. Sports Clubs Femininos. Sports adequados ao sexo feminino. A participação da mulher nos jogos olympicos internacionaes.
- IV – Educação cívica. Concurso de oratória entre estudantes sobre o desenvolvimento do espírito cívico constructor.

Esta seção – a de Educação e Instrução – ficou sob a responsabilidade da União Universitária Feminina, composta por Carmen Velasco Portinho, Ormindia Bastos, Luiza Sapienza, Maria Luiza Doria Bittencourt e Maria Werneck de Castro. Entre as conclusões a que a Comissão chegou, destacamos as seguintes:

- 1º “promover junto aos poderes competentes a propaganda das idéias modernas sobre a organizacao do ensino normal, considerando que da sua eficiencia depende o progresso da educação popular no Brasil.
- 9º Appelar para a Associação de Educação para que organizem campanha tenaz, persistente e eminentemente patriótica, com determinação precisa de objectivos e methodos em torno da educação moral e cívica da criança e do adolescente.

⁴ Espaço escolar de âmbito federal, o Colégio Pedro II foi fundado em 1837. Destinado a abrigar, instruir e educar exclusivamente alunos do sexo masculino, esse estabelecimento educativo representou por muito tempo o modelo de ensino secundário ministrado no país. Yvonne Monteiro da Silva foi a primeira aluna a ser matriculada nessa instituição de ensino, iniciando seus estudos no ano de 1927.

⁵ Lecionou literatura no Colégio Pedro II e foi professora de processo civil na Faculdade Técnica de Comércio. Foi ainda a primeira mulher a integrar o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, em 1967, tornou-se a primeira juíza federal do Brasil.

O destaque apresentado respalda-se no fato destas duas conclusões evidenciarem pontos que abarcaremos mais adiante. A primeira, refere-se à importância das *idéias modernas*; a segunda, reforça a necessidade de uma *educação moral e cívica* da criança e do adolescente. Nesse sentido, é possível questionar: Estariam as delegadas desse Congresso referindo-se, no primeiro caso, às idéias da Escola Nova? Em contraponto, estariam buscando apoio da Associação de Educação para que a educação fossem mais *patriótica*? Em que sentido esse *patriotismo* seria concebido e praticado?

É importante sinalizar que o II Congresso aconteceu num período em que o país passava por uma forte crise política, tendo Getúlio Vargas à frente, como Chefe do Governo Provisório e Adolpho Bergamini como interventor do Distrito Federal. Assim, no Congresso, o debate sobre Educação inseria-se em uma discussão mais ampla, que abarcava toda a década de 30, impregnada por ideologias conflitantes que viam, no setor educacional, um caminho para divulgação e propagação de suas teses, por esse motivo, quase sempre contraditórias.

Educação Integral no II Congresso

Discutir a concepção de educação integral vigente nas teses apresentadas no II Congresso Internacional Feminista significa apreender os fundamentos político-filosóficos que a embasavam, por meio da resposta a questões como: A que ideário político-ideológico parte dessa Federação se filiava? Que fundamentos político-filosóficos estariam no cerne da proposta de educação integral de parte da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino? A Federação era o único movimento que, na década de 30, lutava por uma educação integral, ou esta concepção de educação era defendida por outros grupos/movimentos sociais, à época?

A busca de resposta a estas questões respalda-se em reflexão sócio-histórica que levou em consideração, como metodologia, a pesquisa bibliográfica e a análise documental de fontes primárias restritas ao Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, contido no acervo do Arquivo Nacional. Em termos teóricos, visitamos as obras de Louro (1998), Araújo (1993), Nagle (2001), Hahner (2003), entre outras. Trabalhamos ainda com Wallerstein (2002), visando caracterizar a natureza conservadora, liberal ou socialista presente nas concepções de educação integral vigentes na educação brasileira, na década

de 30. O ideário que caracteriza essas concepções é fruto de pesquisa realizada nos movimentos do início do século XX, até a década de 30 que, de alguma forma, pensavam sobre Educação e, mais especificamente, sobre a natureza de uma formação completa para o homem. Destacamos, assim, os movimentos anarquista, integralista e liberal, aqui representado por signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (Gallo, 1995a;1995b; Moriyón, 1989; Safón, 2003; Trindade, 1979; Cavalari, 1999; Xavier, 2002; Carvalho, 2003)

Em síntese, o presente ensaio reflete sobre a concepção de educação integral endossada por parte das mulheres pertencentes à Federação, visando estudar a penetração da Educação Integral na década de 30, com concepções e práticas próprias à natureza político-filosófica seguida pelos movimentos que a propunham. No sentido de aprofundar a investigação, nossas reflexões baseiam-se em dois documentos apresentados para discussão durante o II Congresso: o que projeta o “Instituto Feminino para a Educação Integral da Mulher” (documento 1) e o da “Secção de Educação: These apresentada ao II Congresso Internacional Feminista” (documento 2).

O primeiro documento elabora os fins e apresenta as diversas modalidades educativas de que o referido Instituto Feminino para a Educação Integral da Mulher deveria revestir-se, no intuito de implantá-lo em todo território nacional. É digno de nota que este documento não segue assinado⁶.

Segundo o documento, o Instituto a ser criado, cuja sede central seria na capital, teria “um programma tão amplo que cada mulher encontrará nelle um lugar, seu próprio lugar e ahi fará um lugar para cada mulher”. Destinado principalmente às meninas pobres, nele as mulheres demonstrariam, “por sua capacidade, por seu vigor físico, o que vale uma educação integral que abarque todo o concernente ao phisico, a mente e ao caracter.” Como podemos deprender dos dois excertos, a idéia de uma Educação Integral está presente na expressão “programa tão amplo”, especificado na citação seguinte – abarcando o físico, a mente e o caráter -, assim como na própria estrutura do documento, subdividida, entre outras, em seções sobre Educação Phisica, Economia Domestica, Educação sanitária, Instrucção geral, Industrias caseiras, Cursos especializados, Educação cívica e social e, ainda, Orientação profissional.

A leitura atenta deste primeiro documento nos fornece, ainda, pistas sobre a concepção e a prática de Educação Integral que o segmento que elaborou o documento – e

⁶ Até o momento, não dispomos de elementos concretos que nos permitam identificar a autoria desse documento.

que participou do Congresso defendendo suas idéias - pretendia imprimir a esse Instituto. Verificamos que há uma grande preocupação com a inserção da mulher na vida sócio-econômica do país, bem como com a sua preparação para essa tarefa, mediante suas aspirações e vocação, e não sua condição de classe – “Carreiras liberais são grandes e custosas de modo que só podem ser alcançadas por mulheres de posição desafiada (...) O que faz falta é que cada mulher tenha uma preparação tão completa que a ponha a coberto de qualquer contingência de vida” (p.1).

Em relação à prática dessa Educação, verificamos que o documento elenca as modalidades educativas que o Instituto promoveria, bem como, na seção *meios e métodos*, nos apresenta o *modo* como essa educação seria construída e ainda sua *importância* : “Também temos de utilizar em grande escala o ensino por visão, por meio do cinema. Em fim, o método de nosso ensino será baseado sobre este princípio pedagógico: Ensinar deleitando” e “Queremos que nossas alunas cheguem a ter um grande e sincero amor por seu INSTITUTO DE CULTURA INTEGRAL, essa será nossa melhor propaganda.” (p.5)

Em síntese, podemos afirmar que o documento 1 constrói uma concepção de Educação Integral de base liberal. Em outras palavras, por meio de um projeto educativo ambicioso e *completo em sua natureza*, as alunas daquele Instituto poderiam “sem distinção de idades, de posição social, de credos políticos ou religiosos (...) estar melhor equiparadas para poder levar por si só sua vida” (p.5) . Este raciocínio – de que, dadas as condições, as pessoas galgam seus espaços na sociedade – caracteriza o pensamento liberal, e está presente, também, em trechos do Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, como podemos verificar no excerto que se segue:

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes assume (...) a sua verdadeira função social, preparando-se para formar a hierarquia democrática pela hierarquia das capacidades, recrutadas em todos os grupos sociais (...) Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável, com o fim de “dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento”, de acordo com uma certa concepção do mundo (Xavier, 2002, p.91).

Já o segundo documento, elaborado por Maria do Carmo Vidigal Pereira das Neves, uma das delegadas da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal⁷, diretora do Grupo Escolar José de Alencar, nos apresenta uma fala divergente da anterior. Sob o título “A educação moral base da educação integral da mulher”, a autora tece um discurso cuja

⁷ As outras delegadas foram as Inspetoras Alba Canizares do Nascimento, Maria dos Reis Campos (membro da Comissão de Redação do Congresso) e Alice Flexa Ribeiro.

essência conservadora aparece desde o primeiro momento: “Nada no mundo existe de mais nobre e elevado do que o ideal educativo que, sem temer o juízo da opinião pública, conduz homens e mulheres, quaes bandeirantes de uma cruzada santa, ao estudo dos problemas sociaes” (p.1). Como podemos verificar, termos como *mais nobre, elevado, ideal*, e comparações como *quaes bandeirantes de uma cruzada santa*, pelo subjetivismo e pelas idéias - força relacionadas ao patriotismo e à religião que encerram, constituem arcabouço discursivo inerente a uma visão de mundo conservadora.

O documento 2 estrutura-se, assim, a partir da argumentação da professora Maria do Carmo Vidigal Pereira das Neves tendo, como mote discursivo, a necessidade de formação do caráter por meio da educação moral o que, segundo a autora, deve acontecer – também – na escola: “O ideal seria que essa educação assim feita começasse no lar e se irradiasse para as escolas (...) É preciso, pois, sanear pela educação. Sanear para educar, educar para instruir” (p.3).

Nesse sentido – o de que essa tarefa pertence também à instituição escolar – “o trabalho social da escola, primaria ou secundaria, impõe-se e deve ser encarado, pela mulher culta, como obra de bondade e factor decisivo da organização da pátria futura” (p.4). No excerto, é digna de nota a persistência da autora na utilização de termos semanticamente fortes, presos a imagens de patriotismo e de subjetivismo. Para nós, não seria indevida a correlação dessa formação discursiva com a utilizada pelos integralistas⁸, em relação ao papel da mulher, como podemos verificar neste trecho atribuído a B. Penna: “a sacrossanta função de mãe de família, de senhora do lar, de educadora e modeladora do caráter dos homens, no sentido de altruísmo, da bondade e da grandeza da Pátria e bem da humanidade” (Penna, B. In: Cavalari, 1999, p.60).

Na continuação do documento, Maria do Carmo Vidigal, “em synthese”, apresenta quatro sugestões para a consecução de suas idéias sobre a formação moral da mulher. Delas, destacamos a última, que apela “para que organize uma comissão que trabalhe de accordo com outras sociedades educativas de reconhecido valor, para tratar, por todos os meios da diffusão, imprensa, theatros, cinemas, radios, cartazes, leituras, bibliothecas ambulantes, da educação moral, principalmente da mulher, como base da educação integral.” O trecho destacado nos permite afirmar que, pelo menos para essa participante do II Congresso, a educação moral deveria fazer parte da educação integral da mulher.

⁸ O Integralismo, corrente política conservadora, teve seu momento de glória nos anos 30, quando Plínio Salgado, seu “Chefe Nacional”, criou a Ação Integralista Brasileira (AIB). Segundo Cavalari (1999) “o Integralismo tornou-se, em curto período de tempo, o primeiro partido de massas do país. Possuía Núcleos organizados em todo o território nacional, contando, em 1937, com mais de um milhão de adeptos” (p.34)

Também nos possibilita inferir que essa Educação era preocupação sua, e que deveria ser tão completa quanto o possibilitassem as condições de sua implantação – incluindo aí a educação moral.

As reflexões que levantamos acerca dos dois documentos, em síntese, deixam clara a importância dada a uma Educação Integral que não descurasse de uma base moral (documento 2), mas que igualmente levasse em consideração a educação física, doméstica, sanitária, cívica, social e artística, além da própria instrução geral e da orientação profissional (documento 1). Todas estas possibilidades constituiriam uma *formação completa* para a mulher do século XX, no Brasil, segundo algumas seguidoras dos ideais da Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

Pensando sobre Educação Integral e a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino

A continuação da leitura de documentos apresentados durante o II Congresso, e presentes em outras Comissões, nos permitem verificar a importância das atividades relacionadas, por exemplo, à saúde. Sobre a tese *higiene e maternidade*, defendida por Francisca Prager, chega-se à seguinte conclusão: “Que se oriente todos os processos educativos de modo que, cada indivíduo, possa corrigir ou remediar suas taras ou deformidades.” Nesse mesmo sentido, Elisa Alves do Valle Imbuzeiro propõe:

Que se incremente, que se organize, que se cultive, em todas as escolas, um curso de Puericultura, a fim de ensinar o modo pratico de tratar a creança cercanda-a de preceito de hygiene e por consequência, acoberta-l-a das enfermidades de que é victima indefesa. É exatamente isso que se deve fazer no cumprimento do mais sagrado dever de cada geração, porque não podemos nos assistir com indiferença a hecatombe infantil de nossa pátria. (Documento do Arquivo FBPF)

A preocupação com a saúde da população e, conseqüentemente, do tecido social é evidente, por isso o direcionamento do olhar sobre as mulheres e sobre os mais pobres com suas mazelas, propondo-se ações assistencialistas e higienistas. Algumas congressistas fizeram a seguinte defesa: “É obrigatório o serviço social para a mulher nas instituições de protecção e assistência á infância, nas maternidades e hospitaes, a partir da idade de 15 annos”, sendo contra o serviço militar feminino, pois “O serviço militar feminino é anti-social”, ao contrário do serviço social que “educa a mulher para a sua função de mãe e cidadã”.

Observamos, então, que há questões sócio-educativas que atingiam as mulheres, de forma diferenciada. Nas discussões de um e outro evento, algumas mulheres apareciam

como causadoras das mazelas e outras se apresentavam como salvadoras. No entanto, era *papel de todas* sanar essas mazelas, principalmente por meio da educação fato que, mais uma vez, nos leva àquela concepção de Educação Integral como *formação completa*, inclusive no sentido da formação preventiva para a saúde e a higiene.

Concluindo, em relação aos dois documentos trabalhados neste ensaio, percebemos divergências em suas concepções – liberal e conservadora -, o que evidencia a existência de tendências diferentes e conflitantes em relação à concepção e prática de uma educação integral para a mulher, no âmbito do II Congresso Internacional Feminista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. *A escola profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica*. Campinas: Unicamp, 2003. (Tese de doutorado defendida na Universidade Estadual de Campinas)

_____. A escola normal: uma escola para mulheres? A formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In. CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza e SILVA, Vera Lucia Gaspar da (orgs.). *Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção Estudos CDAPH. Série memória)

_____. *Educação sexual e sexualidade: o velado e o aparente*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996. (Dissertação de mestrado defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

CARNEIRO LEÃO, Antonio. *O ensino na Capital do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1926.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo. Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

HÄHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940*. Tradução de Eliane Lisboa; apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2003.

MONTEIRO, Beatriz Moreira. Da prisão cor-de-rosa aos arquivos: fontes documentais sobre a mulher no Arquivo Nacional. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo

Nacional, v.9, n. 1-2, p.203-224, jan./dez.1996.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHUMACHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.275-296.

_____.A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Anped; Campinas-SP: Autores Associados, set./out./nov./dez./2002, n.15, pp.97-117.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo. Em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova*. São Paulo, Bragança Paulista:EDUSF, 2002.

FONTE

ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL. Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. 1902-1979.